

A Grande Guerra tem a sua origem num longo processo de conflitualidades ideológicas, políticas e económicas, que atravessaram toda a Europa desde a segunda metade do século XIX, e que se prolongou até 1945. A Grande Guerra (e seus antecedentes) reflete também as típicas guerras de transição de poder entre grandes potências emergentes revisionistas e grandes potências conservadoras, o efeito de arrastamento para conflitos alheios resultante da rigidez dos sistemas de alianças e o carácter precário da manutenção da paz no centro do sistema europeu quando não se consegue pacificar a periferia.

Portugal não escapou à crise do sistema liberal oitocentista, agravada por tensões externas como o *Ultimatum* de 1890, pela crise do sistema económico da Regeneração que resultou na I República e culminou no Estado Novo. Também aqui, a Grande Guerra entroncará com as crises políticas externa e interna, acelerando a desagregação da I República e reforçando as dinâmicas degenerativas do liberalismo português.

A estratégia opera na longa duração. Uma visão de longo prazo, que tenha em consideração a análise das linhas de continuidade e mudança históricas, é portanto da maior utilidade para que se possa agir de forma mais fundamentada no futuro. O estudo do passado não dá receitas precisas para fácil e imediata aplicação ao presente. No entanto, a análise histórica cuidadosa e a ponderação rigorosa dos paralelismos e das diferenças entre o tempo presente e períodos anteriores é uma das melhores formas de aprofundar a análise estratégica e de evitar repetir erros evidentes do passado. Neste sentido, enquanto centro de produção de pensamento estratégico, o Instituto da Defesa Nacional tem dado a maior relevância aos contributos da História, incorporando-os nos seus trabalhos e divulgando-os nas suas publicações. Comemorando-se em 2014 os cem anos do início da Grande Guerra, o IDN decidiu lançar o projeto de investigação *Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial*, que desenvolverá entre 2014 e 2018, em parceria com o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O projeto centra-se no papel dos pequenos e médios Estados, como Portugal, na Grande Guerra e nas ilações que os diversos comportamentos dos diferentes atores podem dar para a ação dessas entidades internacionais no presente.

A temática da *Nação e Defesa* n.º 139 – *Portugal na Grande Guerra* – insere-se justamente nesse âmbito. Neste número, reúnem-se os contributos de alguns historiadores de renome, com obras de fôlego sobre este período, que foram convidados a apresentar a sua visão de Portugal na Grande Guerra e no quadro da sua relação com o sistema internacional.

António José Telo faz o enquadramento da situação de Portugal, no quadro interno e no quadro externo, e analisa a política de beligerância e a intervenção do País na contenda, a partir desse quadro de referência global.

Aniceto Afonso analisa e descreve o esforço efetuado pelas Forças Armadas portuguesas para participarem nos quatro teatros da Grande Guerra em que estiveram envolvidas – Angola, Moçambique, Flandres e no mar –, confrontando-se com inúmeras carências de cariz material e financeiro, para além de humano.

Luís Alves de Fraga explica o quadro em que se desenrolou o “governo da União Sagrada” e o grande objetivo de guerra que se propunha alcançar: assegurar uma paridade estratégica com o velho aliado (a Inglaterra), que rompesse com o que se considera ser a tutela que este exercia sobre o País.

António Paulo Duarte e Bruno Cardoso Reis examinam a evolução e o estado contemporâneo da historiografia internacional e nacional sobre a Primeira Guerra Mundial, salientando o que tem de comum e o que tem de específico cada uma delas, nomeadamente aquilo que parece ser “o estranho caso do intervencionismo nacional”. Este número teve na sua origem a abertura de um *call for papers*. Dos diversos textos que ao Instituto da Defesa Nacional chegaram, dois foram selecionados.

Paulo Miguel Rodrigues fala-nos do papel da Madeira na Grande Guerra e das dificuldades de toda a ordem por que passou a ilha, nomeadamente na vulnerabilidade da sua defesa, testada duas vezes por submarinos alemães, com a perda de vidas não só portuguesas, mas aliadas.

Francisco M. Araújo analisa o papel dos médicos militares portugueses na Grande Guerra, aquando da campanha da Flandres, as dificuldades por que passaram igualmente, mas também o papel que a campanha teve no desenvolvimento de um conhecimento mais avançado da medicina.

Por fim, João Ventura Cruz aborda o papel da Armada portuguesa na defesa dos portos e na proteção das forças expedicionárias enviadas para as colónias.

Esta *Nação e Defesa* dá ao leitor uma visão abrangente do impacto da experiência portuguesa na Grande Guerra. O seu propósito não é evidentemente culminar ou encerrar o debate. A História vive, aliás, de um processo de permanente revisão de pressupostos e de permanente questionamento das interpretações dominantes. Trata-se antes de ampliar, através deste número, o nosso saber sobre um importante tema da História Contemporânea de Portugal.

Na secção de extra dossiê, Fernando Costa analisa as duas últimas Constituições portuguesas a partir de elementos de natureza geopolítica e geoestratégica, que evidenciam o momento histórico, político e social em que foram redigidas, definindo as opções feitas por Portugal no plano internacional.

Marisa Fernandes elabora uma reflexão sobre a interação existente entre os conceitos de Estratégia, Segurança Nacional e Defesa Nacional da Alemanha no pós-Guerra Fria. Por fim, Jorge Silva Paulo aborda as empresas militares privadas com um enfoque analítico na técnica e ética do seu emprego.

Vítor Rodrigues Viana